

*Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, meu dileto amigo, Deputado Luís Eduardo Magalhães; Senhor Ministro de Estado dos Transportes, companheiro Odacir Klein; Senhores Parlamentares; Doutor Tarcísio Delgado, antigo companheiro, Diretor-Geral do DNER; Senhores agraciados com a Medalha Comemorativa do Cinquentenário do DNER; Senhoras e Senhores,*

Esta manhã, ao dirigir-me para aqui, para o DNER, para comemorar os 50 anos, eu tentava me recordar, um pouco, de tempos atrás, diante desses 50 anos, porque, infelizmente, eu já tenho memória mais longa que de 50 anos.

Eu sou carioca e fui para São Paulo com 8 anos de idade, mais ou menos. Mas, cariocas costumam muito a se desenraizar. Então, eu tinha uma imensa nostalgia da praia, do mar e, com muita frequência, ia ao Rio pela que hoje é a Via Dutra. Naquele tempo, nós levávamos dois dias. E havia um lamaçal terrível ali por volta de Bananal, quando se chegava no Estado do Rio. Muito frequentemente, o carro parava. Muitas vezes eu passava num sítio de um

parente meu, Marechal Horta Barbosa, já no Rio de Janeiro, para dormir. Não se alcançava o Rio de Janeiro numa só viagem. Isso foi ontem, ontem para mim. E, na verdade, aquele Brasil era um Brasil muito ilhado. Muito ilhado. Não se podia andar, muitas vezes, senão de navio. Para ir ao Amazonas, ao Norte, avião era raridade. Ainda havia o Zepelin, que vinha da Europa. Isso faz só 50 anos, um pouco mais de 50 anos.

Nós construímos um país. As nossas gerações assistiram ao País crescer, viram este país ser uma coisa completamente diferente do que era o país em que eu nasci. O País, quando eu nasci – dizia-se que era verdade –, era eminentemente rural, talvez 80% da população no campo. Dizia-se que era um arquipélago incomunicado e ainda se mencionavam com freqüência os sermões do Padre Vieira para dizer que a população se arrastava pelo litoral como caranguejo e não entrava pelo interior afora.

Pois bem, este país novo nosso, de hoje, deve muito ao DNER, deve muito aos trabalhadores, que se embrenharam pelo mato afora, para derrubar árvores – algumas caíram na cabeça deles e de alguns engenheiros. Deve muito aos funcionários, que aqui estão e os que os antecederam; aos engenheiros; aos que desenvolveram a tecnologia; à capacidade das nossas Universidades também, de desenvolver pesquisas específicas para utilização do concreto.

Houve muita, mas muita criatividade em tudo isso. Acho que nós temos do que nos orgulhar. Esta Medalha – eu recebo tantas medalhas, não por mim, pela posição –, esta vale: são 50 anos de muito trabalho, de muita realização, de alguma incompreensão também, de algum sensacionalismo – quem escapa disso? Mas houve muita coisa bem feita. E o Ministério dos Transportes, o DNER, teve sensibilidade para se sintonzar com o tempo.

Eu quero lhes dizer – e não é da boca para fora – que aqueles que estão à frente do DNER, Tarcísio Delgado, seus companheiros de Diretoria, o Ministro – que lhes dá orientação –, são pessoas dedicadas, competentes e honestas. Os senhores vão lidar – e daqui para frente mais ainda – com bilhões, milhões, sei lá o quê, zeros que não

acabam mais; e vão receber pingados zeros, que são salários magros do funcionalismo.

É preciso ter virtude, e se tem, para entender que esses zeros têm que ser usados em benefício do povo. Têm que ser usados com – como já foi dito aqui – propriedade, com capacidade de entender que cada tostão que se emprega saiu de alguém, e esse alguém, às vezes, é alguém que não vai nem usar nunca uma estrada. Se não saiu diretamente do imposto que ele pagou, saiu da inflação, que no passado comeu o salário dele.

Então, nós temos que ter muito discernimento no modo pelo qual gerimos a coisa pública. E aqui eu encontro esse discernimento.

Quero felicitá-los. Quero felicitá-los porque assisti agora à assinatura do – já é o quarto – contrato de concessão de serviços públicos. Isso me alegra. Eu sou o autor dessa Lei de Concessões, já disse muitas vezes isso. Levei quatro, cinco anos lutando para que essa lei existisse. Quatro ou cinco anos, Deputado! Foi preciso que eu fosse Ministro da Fazenda – e não consegui a aprovação; e lutei –, foi preciso ser Presidente da República para conseguir a aprovação da lei. Uma lei óbvia. Óbvia por quê? Porque o País mudou, o mundo mudou e o Brasil precisa de investimento. E o povo não tem mais de onde sangrar imposto para do imposto nós fazermos o investimento.

É preciso mobilizar os recursos, os capitais existentes e entender que a função do Estado é maior agora, porque em certos setores vai ter de investir, e vai investir; noutros, vai ter que fiscalizar, vai ter que controlar, vai ter que gerir e vai ter que fazer com que a utilização, pelo setor privado, das concessões seja uma utilização que tenha em mira o atendimento da população por serviço público.

É uma tarefa ainda maior, mas essa tarefa, que significa, na prática, a reorganização do Estado brasileiro, é necessária. E essa reorganização não se faz só com uma lei, a Lei de Concessões de Serviços Públicos, ou com as leis de reforma administrativa, que eu quero dizer, pela enésima vez, que não podem ser contra o funcionário, são para o funcionário, para valorizar o funcionário que é competente, faz carreira; para dar realmente apoio àquele que precisa, para permitir que haja um estímulo e a pessoa se sinta realizada, e não simplesmente “empurre com a

barriga” o tempo, para no fim do mês ganhar um magro salário, de quase fome – mas que só poderá acontecer assim no momento em que tivermos efetivamente racionalidade nas decisões, em que nós pudermos, efetivamente, saber que o recurso está sendo bem empregado.

Essa reorganização está em marcha. Porque é a mentalidade que muda. Não é só a lei, é a cabeça e também o coração, porque precisa acreditar, crer, ter emoção pela coisa nova que se está fazendo, como quando aqui eu vejo, em tão pouco tempo, a Rio–Juiz de Fora; e é a Rio–Teresópolis, é a Via Dutra, é a Ponte Rio–Niterói, amanhã vamos estar na BR 101, na 116, avançando como podemos.

Já estamos fazendo com os poucos recursos, minguados recursos. Desde que o Ministro Goldman estava no Ministério, eu lutei junto com ele para que se assegurasse algum recurso do fundo de importação de petróleo, do imposto, para que houvesse continuidade. Estamos dando continuidade a esses recursos, que eu sei que são poucos, mas permitem um respiro.

Já os estamos usando lá no Rio Grande do Sul, estamos usando em Santa Catarina; é a BR 174, que está começando a ser feita lá em cima, para poder ligar Manaus à Venezuela; é o Exército que nos está ajudando – e quanto – na construção de estradas, e lá na Santarém–Cuiabá, no trechinho de Santarém, e a recuperação da 101 lá em cima, na área que passa por Alagoas e por Pernambuco, que é toda esburacada e não pode continuar esburacada assim. E por aí vai. Até eu, que nunca soube nada disso, sei de cor o nome das estradas, os números das estradas, de tanto que temos discutido essas questões e de tanto que eu me empenho para que efetivamente se consiga viabilizar um novo momento do Brasil.

E, hoje, por sorte, eu e os que temos responsabilidade pública sabemos onde se tem que investir. Eu posso ir a qualquer região deste país que eu sei o que é preciso ser feito e em que ponto está o encaminhamento do que se vai fazer, nas hidrovias, nas ferrovias, na questão de energia, na geração de energia. De tudo nós temos um mapa na cabeça e no coração.

Espero que, dentro de pouco tempo, o Brasil todo sinta de novo o fremir de um país que está crescendo, que confia em si, que vai investir bem. Aqui, estamos avançando por aí e, mais, estamos mudando a

mentalidade. Não é o Governo central quem faz sozinho e impõe – e às vezes, quem sabe, sem nem poder controlar, sendo vítima e, muitas vezes, ativo participante de conluíus que não são para o benefício da população. Não. Tem que ser feito com os estados também. E nós não temos que ter a falsa idéia de que só nós aqui de Brasília é que sabemos fazer. Não.

Vamos fazer delegação de poderes, sim. Eu digo isto sempre: uma federação como a nossa é para ser de verdade, é uma federação que implica a boa-fé recíproca do Governador e do Presidente e depois dos Prefeitos. Eu não quero nem saber de que partido é: quero saber se é do partido do Brasil ou se é contra o Brasil, se é pelo povo ou se é contra o povo. Se for do Brasil e do povo, eu apóio. Não estamos aqui para fazer mesquinha: estamos aqui vivendo um momento grandioso deste país, e os senhores são parte disso. Parte ativa desse processo.

O Ministro Odacir Klein apresentou um plano ao Congresso, um plano bem feito, onde ele, sim, abre mão de recursos de poder. Mas que poder? Poder para quê? Para controlar e não poder realizar? Para ser objeto de pressões e não poder atendê-las? Não. Se for possível, vamos delegar e vamos, sim, verificar, fiscalizar, cobrar, exigir.

É uma nova mentalidade que está criada no Brasil. E vamos fazer com a iniciativa privada também. Vamos querer que a iniciativa privada venha com seus recursos e que as licitações sejam claras. E vamos evitar que esse espírito de corvo, de ver podridão em tudo, volte a pousar no País. Ainda ontem, disse ao Senador, antes de me reunir: me digam uma irregularidade do SIVAM e eu retiro o SIVAM de lá. Ninguém até hoje foi capaz de me dizer uma, uma só. E, quando disseram e era verdadeira, eu não assinei o contrato e tirei a ESCA. Mas agora não há uma só.

Chega dessa vontade de que as coisas dêem para trás, a vontade de sentir cheiro de carniça – essa carniça exala da própria consciência malsã dos que não percebem que há gente com espírito público e que a Aeronáutica brasileira está, acima de tudo, servindo ao País. Não podemos voltar para trás, não dá mais, o País é outro. O País confia nele próprio, e a prova está aqui nesses 50 anos do DNER. Com serenidade,

com tranqüilidade, vamos continuar nesse mesmo caminho, com o apoio da Câmara, o apoio do Senado, da opinião pública.

De modo que, hoje, esta manhã, aqui, para mim, é uma manhã gratificante. Gratificante, porque eu os vejo e vi os engenheiros mais antigos recebendo a justa Medalha, a funcionária, em nome de todos e dos trabalhadores que faleceram no desempenho de suas funções e dos que continuam a acreditar, e podem acreditar. O DNER está em boas mãos, dentro do possível, mas tentando alargar as fronteiras do possível.

O Governo da República continuará a prestigiar esta instituição, porque o Governo sabe que sem funcionários competentes, sem que eles acreditem no que está sendo feito, sem que nós prestemos contas de coração aberto, nada a esconder, não se muda. Mas aqui nesta sala estão reunidas pessoas em quem acreditamos, a quem nos dedicamos, em quem confiamos. E, temos certeza, teremos o apoio daqueles, aqui nesta Instituição, que têm o mesmo ideal, que é o de realmente fazer tudo, mas tudo mesmo, para o Brasil continuar cada vez maior.

Muito obrigado.

*Senhor Ministro da Educação, Professor Paulo Renato; Senhores Ministros de Estado, tão numerosos hoje aqui, em homenagem ao Ministro da Educação; Senhores Líderes do Governo que aqui se encontram; Senhores Parlamentares; Senhoras e Senhores,*

Quero felicitar o Ministro Paulo Renato e a educação no Brasil, bem como os congressistas. E quero felicitá-los pela persistência. Não é fácil. Qualquer mudança mais profunda demanda paciência, perseverança, incompreensões, mas é preciso que não se percam nem o ânimo nem o rumo. E o Ministro Paulo Renato não perdeu nem o ânimo nem o rumo. Até, pelo contrário, tem um ânimo que me deixa – olha que não sou de pouco ânimo – com inveja. Ontem me telefonou cinco vezes para dar a notícia e não conseguiu falar comigo. Só à noite é que pude falar com ele. Mas isso mostra o empenho, mostra o entusiasmo com que ele se joga nessa tarefa.

E, efetivamente, o que está acontecendo, em termos da reorganização da educação no Brasil, é muito profundo. Os parlamentares, que são os que mais acompanham de perto, e os que estão aqui pertencem a